



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Crise e mudança social: a luta social em um período de transição

Eduardo Barros Mariutti

Como citar: MARIUTTI, Eduardo Barros. Crise e mudança social: a luta social em um período de transição. *In*: VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA:** na atual conjuntura da economia-mundo capitalista. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 109-134.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-415-8.p109-134>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CRISE E MUDANÇA SOCIAL: A LUTA SOCIAL EM UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Eduardo Barros Mariutti

O conceito de *crise* está na raiz da perspectiva do sistema-mundo. Em certo sentido, a própria constituição desta perspectiva é uma expressão de uma *crise geral* que marcou o final da década de 1960. Mas o *conceito* de crise compartilhado pelos distintos autores associados a esta vertente distingue-se radicalmente do modo como os economistas e boa parte dos cientistas sociais o concebem: por crise, devemos entender um processo de *longo prazo*, que impacta todas as esferas da existência social, que pode resultar na destruição ou, pelo menos, na transformação radical do sistema vigente (AMIN et al., 1982; WALLERSTEIN, 2009). Logo, trata-se de uma posição muito distinta do modo como esta discussão aparece no âmbito ultra especializado das discussões acadêmicas, onde as crises são vistas como *desvios momentâneos* dos padrões que regem o sistema e que, portanto, de forma mais ou menos traumática, resolvem-se por si só. É a primeira definição de crise que irá presidir a argumentação aqui proposta: estamos vivendo um momento de *transformação* do sistema-mundo, e isto exige a redefinição radical da discussão intelectual e das

formas de atuação política, duas tarefas interligadas que fazem parte dos *fundamentos* da perspectiva do sistema-mundo.

Além desta nota introdutória, este capítulo está subdividido em 3 partes. Na primeira será apresentada uma breve síntese das características fundamentais da perspectiva do sistema-mundo. No caso, deixarei em segundo plano a discussão eminentemente teórica para concentrar a atenção no potencial de análise concreta do sistema-mundo moderno privilegiando, sempre que possível, a zona de consenso entre os principais expoentes da perspectiva. Na parte subsequente reconstituirei, de forma sintética, a consolidação da hegemonia dos EUA e suas principais contradições. Isto irá conduzir a discussão para a terceira parte onde, apoiado sobre alguns princípios emancipatórios da perspectiva do sistema-mundo, abordarei a agenda política em um período de crise, mediante uma clivagem entre as tarefas imediatas e as metas de longo prazo.

|

Antes de tratarmos dos problemas práticos fundamentais é necessário delinear rapidamente as características básicas do sistema-mundo capitalista, tendo como base o entrelaçamento entre algumas interpretações associadas à perspectiva do sistema-mundo e a problemática do materialismo histórico.¹ O sistema-mundo moderno é articulado por uma vasta rede de produção/circulação, onde se trocam incessantemente mercadorias tangíveis e intangíveis (sons, conhecimento aplicado, patentes, etc.). Em sua reprodução, cada nexos desta cadeia apresenta diversos vínculos para frente e para trás que, simultaneamente, constituem elos de consumo/realização dos rendimentos e insumos dos vínculos anteriores e posteriores, que congregam *diversas formas existência e de controle sobre o trabalho*— cada um com implicações políticas e econômicas muito distintas - que se mesclam nas unidades mais elementares da sociabilidade: as unidades domiciliares (*household*).² O aspecto fundamental, contudo,

¹Esta temática não será aprofundada aqui. O argumento básico encontra-se em MARIUTTI, 2012.

²Esse é um aspecto fundamental, mas que, infelizmente, não pode ser desenvolvido aqui. Mas é importante destacá-lo. É no nível das unidades domiciliares que se combinam as determinações de classe se entremeiam com as

é que toda esta cadeia está orientada para a valorização do capital. Em síntese: a acumulação incessante de capitais representa o *primum mobile* do sistema, e tende a invadir todas as dimensões da vida social. Embora existam contra-tendências importantes e algumas reversões, no longo prazo, o que prepondera é a mercantilização crescente da vida social.

Sobre esta base ergue-se uma “superestrutura” política bastante peculiar, composta por diversos estados “soberanos”, com forças relativas assimétricas e em constante competição. Cada estado “luta” para elevar o seu grau de influência sobre o sistema internacional e, também, sobre a sua própria esfera de autoridade formal. Deste modo, a definição de soberania caracteriza-se pela bidimensionalidade: do ponto de vista da política interna, o estado é “soberano” porque representa a única fonte de autoridade legítima sobre o seu território. No entanto, a sua soberania não depende apenas do endosso da população que vive (ou que possui propriedades) em suas fronteiras, mas, em grande medida, depende também do reconhecimento dos demais Estados que fazem parte do sistema interestatal. Esta é uma das maiores peculiaridades da estrutura política do sistema-mundo moderno: o seu pilar fundamental, a soberania, deriva de um reconhecimento mútuo estabelecido entre vários Estados soberanos que, por sua vez, fundamenta-se no endosso dos grupos sociais mais poderosos.

Desde a consolidação efetiva do modo de produção capitalista, isto é, desde a transformação da economia-mundo moderna em um sistema-mundo realmente global (meados do século XIX), nenhum Estado a *controlou* efetivamente. O controle de uma arena econômica, mesmo que imperfeito, só é possível nos quadros de um império-mundo (I. Wallerstein, F. Braudel) ou, como preferem outros autores, com base

identidades: logo, consistem em uma instituição de sociabilidade primária fundamental. A polarização do sistema-mundo capitalista entre burgueses e proletários é *estrutural* (WALLERSTEIN, 1983, p. 288). Mas, olhando do ponto de vista de quem produz o valor, há diversas formas de rendimento: o salário é a forma distintiva do capitalismo, mas ela coexiste com outras, tais como, por exemplo, a produção mercantil domiciliar e atividades anclares de subsistência. Essas formas de rendimentos são *combinados* nas *unidades familiares*, definidas como pequenos (e mutáveis) grupos de pessoas (tipicamente entre 3 e 10 pessoas) que *compartilham* múltiplas fontes de renda para *sobreviverem coletivamente*. O cerne da definição, portanto, é o *compartilhamento dos rendimentos* (e isso a distingue de outras entidades, tais como clãs ou tribos, que compartilham obrigações mútuas de autoproteção, *mas não compartilham necessariamente – ou fundamentalmente – os rendimentos*). Logo, uma unidade domiciliar pode corresponder a uma família (em suas variantes: nuclear, recomposta, monoparental, homoparental etc), mas não necessariamente (WALLERSTEIN, 2007, p. 32-35). Logo, de um ponto de vista estrutural, embora só existam *duas classes* – os apropriadores (burgueses) e os produtores de valor (proletários) – os *processos* da economia-mundo geram formas diversas e *cambiantes de identidade* e de *status* que confundem a luta social.

em modos de produção tributários ou redistributivos (Samir Amin, p.ex.). No sistema-mundo moderno não há controle político, mas, no máximo, “hegemonia”:³ uma situação onde uma potência consegue preponderar sobre as demais e, na maioria dos casos, fazer a balança pender para o seu lado nas disputas geopolíticas e nas batalhas econômicas travadas no âmbito do mercado mundial. O primeiro grande hegemona – um fundamento e, simultaneamente, um subproduto da consolidação do sistema-mundo moderno em escala mundial – foi a Grã-Bretanha, que preponderou durante a maior parte do século XIX (1815-1897). No entanto, os ingleses foram suplantados por uma ex-colônia: os Estados Unidos da América, que despontaram na virada do século XIX como uma grande potência e, depois da segunda Guerra Mundial, passaram a ocupar o centro do sistema-mundo moderno, sendo contestados pela URSS e, em menor intensidade, na década de 1980, pelo Japão e pela Alemanha. No plano das percepções, o colapso do socialismo real fortaleceu a posição dos EUA e sacramentou o “neoliberalismo” e redefiniu os “privilégios” financeiros de Washington, cuja crise testemunhamos hoje, fato que fez ressurgir a polêmica sobre a crise da hegemonia dos EUA.

A consolidação de um *hegemon* produz pelo menos dois efeitos estabilizadores: i) a supremacia em meios de destruição do estado hegemônico reduz os atritos entre as grandes potências militares, que tendem a aceitar, *mediante a negociação*,⁴ os limites ao uso da força definidos predominantemente pelo Estado hegemônico. Estes arranjos, entretanto, acabam por produzir uma tendência ao deslocamento dos conflitos de maior intensidade para as zonas periféricas com importância geopolítica. A tensão nestas regiões pode, em situações críticas, migrar para o núcleo do sistema, comprometendo a sua estabilidade.ii) a combinação entre a “oferta” de bens coletivos essenciais (segurança, moeda internacional, etc.) e o dinamismo do mercado interno da potência hegemônica encoraja o desenvolvimento do comércio internacional e a expansão da produção transnacional, fato que, em congruência com a estratificação da economia-

³ Para evitar digressões desnecessárias para os propósitos deste texto, não vou entrar na acirrada polêmica sobre o significado da Hegemonia no plano mundial (uma questão que também divide os adeptos da perspectiva do sistema-mundo).

⁴ A consolidação de uma hegemonia sempre envolve a criação de uma espécie de Concerto – formalizado ou não – das Grandes Potências, que atua de forma articulada para conter as principais pressões contra o sistema.

mundo (centro, semi-periferia e periferia), fortalece, pelo menos em um primeiro momento, o *status quo*. Em suma: a combinação entre a eliminação dos grandes conflitos militares e a expansão *desigual e combinada* da economia fundamenta a ordem hegemônica.

Contudo, até o momento, todas as expansões do sistema-mundo ocorrem em sincronia com a aceleração da intensidade e abrangência da valorização da riqueza privada, cuja manifestação principal é a *autonomização* do capital financeiro. E, dada uma certa magnitude, esta tendência favorece a deflagração de uma crise geral de *superacumulação*, derivada do acirramento e da articulação entre a competição intercapitalista e interestatal (ARRIGHI, 1996, p. 221-245, 342; HARVEY, 2003, p. 116-119). Esta crise interage de forma complexa com as próprias transformações propiciadas pela expansão prévia, isto é, a alteração na correlação de forças entre os países (no plano econômico e, posteriormente, militar) e entre as classes, gerando novos focos de conflito, que agravam ainda mais a situação, e abrem espaço para a transformação radical do sistema. O ponto fundamental, portanto, é que o capitalismo apresenta uma tendência imanente à crise, mas não dispõe de nenhum mecanismo intrínseco de *superação* das crises que ele próprio produz.⁵ Na realidade, todas as “soluções” até o momento foram *expansivas*, isto é, a superação das crises gerais envolveu a expansão e a estruturação do sistema em torno de uma nova potência hegemônica que, para estabilizar o sistema, precisa exercer o seu poder em um palco muito mais vasto e mais complexo. Isto fica patente se comparamos a *ampliação gigantesca dos requerimentos de poder e riqueza* para se exercer a hegemonia ao longo do tempo: o contraste entre a hegemonia britânica e a estadunidense é bastante ilustrativo (ARRIGHI, 1996, p. 75-76)

É dentro deste quadro geral que conduzirei a discussão. Como já adiantei, preliminarmente, farei uma breve síntese da constituição da hegemonia dos EUA, cuja ênfase recairá na *interação* entre a economia e a política. O objetivo desta reconstrução é destacar alguns dos *fundamentos* da atual ordem internacional contemporânea que estão sendo erodidos. De posse deste diagnóstico, em linha com as características distintivas

⁵ Sobre o modo como os diversos *conceitos* de crise estão *contidos* nas definições marxianas de capital, consultar GRESPLAN, 2009. Sobre a tendência do capitalismo à crise na perspectiva marxista, ver ROSDOLSKY, 1989, p. 491-554. Sobre a expansão da economia-mundo *com descontinuidades* pautadas por grandes crises, consultar ARRIGHI, 1996, p. 27-58; AMIN, 2011.

da perspectiva do sistema-mundo, podemos dar o passo decisivo, isto é, articular a reflexão intelectual com o enfrentamento dos problemas sociais vigentes, sempre tendo como horizonte as *possibilidades* de emancipação que as crises gerais proporcionam.



O expansionismo territorial do século XIX, articulado a uma retórica hostil à presença europeia no Novo Mundo – vista como uma ameaça ao republicanismo estadunidense – abriu caminho para a supremacia estadunidense nas Américas. Após a Guerra Civil, os estadistas e a população erudita dos EUA passaram a olhar ainda mais intensamente para a Europa através da Ásia: a contenção do domínio europeu no Oriente era visto como uma garantia adicional para a proeminência dos EUA no Novo Mundo. Este objetivo foi consolidado pela combinação entre a intensificação dos laços comerciais com a China e o Japão (inaugurados pelas canhoneiras), pela presença militar no Pacífico (domínio sobre Fiji, Samoa, Ilhas Marshall e, finalmente, a conquista do Havai) e pressão diplomática – a política de “portas abertas”. A partir daí, os dois princípios estratégicos fundamentais da política externa dos EUA começaram a ganhar mais nitidez: i) a preservação da inviolabilidade territorial, por intermédio da manutenção da superioridade militar absoluta nas Américas; ii) a prevenção contra a formação de uma hegemonia regional na Eurásia, mediante a manipulação do equilíbrio de poder e, posteriormente, a capacidade de atuar militarmente em todos os oceanos. Esses dois objetivos foram perseguidos de forma mais intensa durante a Guerra Fria e, com ligeiras modificações, ainda representam a viga mestra da grande política dos EUA.

Foi exatamente durante a Guerra Fria que o “capitalismo americano” encontrou um terreno fértil para *intensificar* seus traços distintivos. A constituição das grandes companhias ferroviárias a partir de 1840 – derivadas da expansão das sociedades por ações, que alargou aceleradamente os mercados de capitais estadunidenses – representou o primeiro movimento, que se intensificou com as grandes fusões que marcaram a passagem do século XIX ao XX. A partir de 1904, dois

movimentos se combinaram. O primeiro, que recebeu muito mais destaque na bibliografia clássica, envolve as transformações na gestão e na organização dos empreendimentos, isto é, a articulação crescente entre o sistema de distribuição e de produção das grandes empresas, sujeitas a uma administração burocrática profissional. O segundo, embora tangencie o primeiro (por conta da separação entre a propriedade e a gestão que o “*managerial capitalism*” pressupõe), manifesta-se predominantemente na *tendência à transformação nas relações de propriedade*: quando os grandes bancos de investimento passaram a endossar os papéis emitidos pelos grandes *trustes* constituídos na fase anterior, a acumulação capitalista no espaço americano começou a se orientar crescentemente em torno das perspectivas de rendimentos futuros esperados por esses títulos, consolidando um sistema de crédito essencialmente organizado por instituições privadas, com diversos mecanismos de “liquefação” da propriedade capitalista (ALVES PINTO, 2009, p. 53). Estas tendências foram amortecidas após a crise de 1929 pelo *New Deal*, permaneceram latentes durante as primeiras décadas do regime de Bretton Woods, para desabrochar em escala mundial na década de 1980.

Desdobrarei a discussão em duas frentes. Em um primeiro momento, de forma sucinta, destacarei as transformações no plano da geopolítica que consolidaram a preponderância dos EUA. Após o colapso da URSS, ao atingir o apogeu, a superioridade militar estadunidense começa a gerar problemas que não podem ser resolvidos *dentro* da atual configuração do sistema interestatal. Na sequência, também de forma sintética, destacarei a *excepcionalidade* do período de Bretton Woods, para retrair outro conjunto de contradições, que se desdobraram das transformações nos padrões de comércio internacional, das finanças e da produção ocorridas nas décadas de 1970 e 80.

*

A intensa rivalidade *político-econômica* do final do século XIX generalizou, dentre as potências, o emprego da indústria moderna – por conta da produção em série e os ganhos de escala – como suporte para as forças armadas, fato que, tragicamente, ficou patente na Primeira Guerra

Mundial. De uma perspectiva centrada no papel militar da indústria, a despeito da incorporação de algumas inovações nas técnicas de produção e o surgimento de novos produtos (aviões, submarinos e os blindados), o primeiro conflito mundial ainda tinha como ênfase a padronização e o volume, obtidos prioritariamente através das economias de escala: isto é, pela mecanização, criar uma maior quantidade de armas e munição ao menor custo unitário, para conseguir sustentar as trincheiras e, eventualmente, avançar. Em grande medida por conta do pioneirismo da Alemanha, a Segunda Guerra Mundial refinou a tendência anterior, criando uma forma suplementar de concorrência: a expansão das fronteiras tecnológicas rumo à busca de armamentos crescentemente sofisticados, caros porém mais eficazes. A invenção da Bomba Nuclear – e o sistema de dissuasão pela destruição mútua, criado após a bomba soviética – consolidou definitivamente este novo padrão: desde então, a competição estratégica passou a depender da associação entre um sistema de inovação dinâmico – onde o intervalo entre o desenvolvimento da ciência básica e a sua aplicação concreta fosse mínimo – e um sistema produtivo capaz de traduzir a inovação tecnológica em vantagem militar. Os EUA, dada as características de sua industrialização e, principalmente, devido à *forma* como se envolveu na Segunda Guerra Mundial (*financiou* e alimentou pelo comércio o esforço de guerra dos Aliados e só entrou no conflito na fase final), ocupou uma posição de vanguarda neste novo ambiente estratégico que, no limite, jamais foi seriamente ameaçada. Em suma: a conquista da preponderância militar foi construída em harmonia com a consolidação da sua primazia econômica.

Contudo, foi exatamente a rivalidade com a União Soviética que consolidou o complexo industrial-militar, isto é, uma forma de organização econômica cuja grande característica é o *imbricamento* entre o setor público e o setor privado, onde as grandes *inovações básicas* foram financiadas essencialmente pelo governo dos EUA que, premido pela peculiar obsolescência dos armamentos tecnológicos de ponta (os custos pelo atraso são intoleráveis), arcou com o risco e com a coordenação de uma vasta e difusa rede de empresas baseadas na ciência, Universidades, Centros de Tecnologia (Civis e Militares) destinada a acelerar o progresso tecnológico militar que, progressivamente, passou a encontrar aplicações civis (MEDEIROS,

2004; ROLAND, 2007). Por fim, os acordos de Bretton Woods e o Plano Marshall, ao consolidarem o dólar como a moeda padrão da economia mundial – cuja resiliência foi comprovada inúmeras vezes nos últimos 40 anos – diminuíram os constrangimentos externos ao gasto público dos EUA. A ampliação dos direitos de *seigniorage* por parte de Washington possibilitou que a busca incessante da supremacia militar, ao invés de deprimir, gerasse mais dinamismo à economia americana e ao seu sistema de inovação.

A preservação da dissuasão nuclear é a peça chave da estratégia dos EUA. A marinha e a aeronáutica foram profundamente remodeladas na década de 1950 para garantir – de forma ofensiva ou em contragolpe – a capacidade de dizimar instantaneamente todas as forças hostis (Overkill). O poderio nuclear, contudo, é complementado por armamentos convencionais que continuam sendo decisivos para modelar e garantir minimamente os fundamentos da ordem americana. Assim, todo o modelo de organização das forças armadas estadunidense foi construído para deter exércitos rivais associados a uma sólida base industrial (a Alemanha e o Japão na Segunda Guerra, a URSS durante a Guerra Fria). Para tanto, além de consolidar bases militares independentes ou vinculadas à OTAN nos pontos estratégicos da Eurásia, foi necessário construir um sistema de satélites capaz de cumprir duas funções básicas: i) garantir uma rede de comunicação instantânea em escala planetária, capaz de coordenar as forças armadas em qualquer teatro de operações; ii) vigiar as tropas e as bases militares de *todos* os principais rivais, com vistas a evitar um ataque surpresa capaz de neutralizar o poder de contragolpe por parte dos EUA. Este sistema de vigilância operava em sincronia com meios de lançamento variados (mar, terra e ar), que envolviam mísseis balísticos intercontinentais e, posteriormente, mísseis de cruzeiro. Outra peça decisiva – e intensamente utilizada apenas pelos EUA – são os porta-aviões, que possibilitam o apoio aéreo a operações em terra ou próximas à costa em zonas onde os EUA não possuem aliados ou bases próprias. É este conjunto articulado que garante aos EUA, por meios nucleares ou convencionais, a capacidade de destruir *remotamente* a infraestrutura dos seus rivais.⁶

⁶ Essa capacidade de ataque remoto tem duas funções. A simples capacidade de causar dano sem sofrer baixas (ou com um nível muito baixo) é um instrumento de pressão eficaz para conter grandes ambições geopolíticas dos demais países. A segunda função é preparar o terreno para uma ocupação efetiva, mediante o desembarque de tropas por mar e pelo ar (paraquedistas de assalto).

O colapso da URSS e a conseqüente retração de Moscou ao seu perímetro estratégico mais imediato inflou a assimetria de poder militar em favor dos EUA, fato que ampliou ainda mais a sua capacidade de prevenir a formação de Hegemonias Regionais. Mesmo participando de diversas organizações internacionais e de mecanismos de segurança coletiva como a OTAN, Washington sempre priorizou relações *bilaterais* ao estilo *hub and spokes*, pois, desse modo, é mais fácil administrar suas relações diplomáticas e políticas para bloquear a iniciativa de lideranças regionais potencialmente hostis. Essa arquitetura transparece com clareza na Ásia: a capacidade de manipular as suas relações com a China, Japão, Rússia, Coréia do Sul e Índia acaba por prender todos esses países em uma rede de bloqueio mútuo, onde, de um lado, os mais dependentes (Japão e Coréia) são mais forçados a se moldarem às pressões dos EUA e, de outro, os potencialmente mais autônomos (China e Rússia) não conseguem assumir a liderança regional. Essa capacidade de manipular o meio estratégico dos seus rivais potenciais (GOWAN, 2004) tem como complemento importante o controle de Washington sobre as principais rotas internacionais de suprimento de petróleo.⁷

Mas os limites deste padrão de dominação estão ficando cada vez mais evidentes. Washington ainda possui meios significativos para vetar cenários *extremos* adversos aos seus interesses estratégicos vitais.⁸ Ao mesmo tempo, pelo menos até o presente, os EUA conseguiram impedir qualquer reação organizada à ordem americana, tanto no plano interestatal – uma contra-hegemonia – quanto no plano dos movimentos antisistêmicos. Contudo, a sua liderança e até mesmo a capacidade de manter a iniciativa está gravemente comprometida. E a erosão do protagonismo de Washington parte de pelo menos duas fontes. Uma delas é “interna”, e deriva do acirramento das tensões da sociedade americana,

⁷ Explicando melhor: como diversos autores já salientaram (dentre eles, Peter Gowan, David Spiro, Carlos Medeiros e Franklin Serrano), Washington não depende das jazidas do Oriente Médio (já que, além de suas próprias fontes e de seus vizinhos (Canadá e México), pode contar com o Petróleo da América do Sul e África): i) a sua relação privilegiada com a Arábia Saudita tem como objetivo básico aumentar sua influência sobre os preços internacionais do Petróleo; ii) a sua presença no Golfo Pérsico tem como objetivo básico preservar a possibilidade de vedar o acesso de seus rivais ao petróleo.

⁸ A questão não é o *monopólio dos meios*, mas o posicionamento das forças. Os russos possuem meios similares aos dos EUA (porém, em menor número). Mas a retração para a Eurásia redefiniu o *status quo* e permitiu a Washington radicalizar a sua posição, definindo a projeção global de poder por potências rivais como uma ameaça passível de retaliação.

onde a ampla e heterogênea camada dos descontentes não consegue se contrapor politicamente ao poder da plutocracia, firmemente estabelecido em torno da alta finança (que conseguiu se salvar momentaneamente, transferindo o ônus decorrente de suas pilhagens sistemáticas para o erário público), dos grandes varejistas, da “indústria” do entretenimento e das corporações transnacionais. É exatamente este imobilismo que perpetua e aprofunda a ditadura do capital sobre a sociedade. A segunda vem da própria assimetria de poder militar acima discutida. Em uma guerra convencional, dificilmente algum país poderia fazer frente aos EUA, exatamente por conta de sua capacidade de destruição remota *contra países urbano-industriais*. Além do risco da escalada nuclear, qualquer conflito com países com poder militar significativo – China⁹ ou Rússia – desestabilizaria ainda mais a economia mundial, eliminando o poder de *seigniorage* dos EUA e fragmentando as redes plutocráticas urdidas em torno da Alta Finança e da produção transnacional. Portanto, só é possível recorrer efetivamente ao uso da força contra países militarmente irrelevantes. Mas para estes “adversários”, a capacidade de destruição remota é ineficaz. O *micromilitarismo* teatral (TODD, 2003) é, portanto, o limite máximo das ações militares dentro da atual estrutura de poder. Ai reside o centro do paradoxo: quanto maior a superioridade em armamentos nucleares e convencionais por parte dos EUA, *mais atrativas vão ser as armas nucleares para os Estados menos poderosos*, exatamente por seu potencial de dissuasão a custos relativamente pequenos. O segundo efeito adverso da assimetria é, exatamente, a generalização das táticas de guerrilha e o terrorismo como resposta dos mais fracos (VELASCO E CRUZ, 2011, p. 26-27).

A comunidade financeira de Nova York resistiu abertamente à regulação das finanças e a adoção de um sistema de taxas fixas de câmbio no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial. O motivo real desta resistência era óbvio: ao se converterem nos principais banqueiros mundiais, a recriação de um sistema financeiro aberto, centrado na defesa

⁹ Além da dissuasão nuclear, os chineses estão buscando formas adicionais de garantir a sua segurança mediante duas iniciativas: i) o já operacional míssil anti-satélite (testado por Pequim com êxito em 2007), ii) o famigerado projeto “Carrier-Killer”, isto é, um míssil potencialmente capaz de destruir os porta-aviões dos EUA no Pacífico. Estes dois armamentos usados em conjunto limitariam significativamente a capacidade de ataque remoto dos EUA. Destruir os satélites reduziria a capacidade de monitorar os movimentos do exército chinês. A destruição (ou a ameaça de) dos seus porta-aviões tornaria o apoio aéreo dependente das bases localizadas em países aliados que, frente a uma China hostil, dificilmente iriam ceder seu espaço aéreo para que os caças americanos pudessem decolar.

da estabilidade *externa* das moedas nacionais (por oposição à ênfase na ampliação do emprego por políticas macroeconômicas nacionais) reforçaria ainda mais o seu poder. Além disto, a regulação impediria uma situação bastante lucrativa para eles, isto é, receber as fugas de capitais provenientes da Europa em momentos de turbulência (HELLEINER, 1994, p. 39-44). A crise europeia de 1947, contudo, evidenciou a incompatibilidade entre um sistema financeiro internacional aberto e o esforço para reconstruir o comércio internacional em sincronia com a recuperação das economias nacionais. Nesta situação, à luz da “era da catástrofe”, tornou-se politicamente exequível a imposição do controle de capitais e a criação de uma ordem comercial *relativamente aberta*, compatível com a reconstrução das principais economias europeias e do Japão. Mas, a despeito dos anteparos à finança, foi exatamente o processo de reconstrução do comércio internacional que generalizou a ação cada vez mais sistemática das Grandes Corporações, lideradas inicialmente pelo grande fluxo de investimento estrangeiro direto dos EUA para a Europa nas décadas de 1950 e 60 que, com a resposta das empresas europeias, detonou o alargamento da concorrência capitalista para a periferia. Essa “globalização produtiva”, como é típico do capitalismo, desde o início, tinha um componente financeiro em seu interior – cuja expressão inicial mais nítida foi o mercado de Eurodólares – que, progressivamente começou a arranhar a fina casca da “repressão financeira.”¹⁰

O fato é que a regulamentação das finanças internacionais exige um significativo grau de cooperação entre as autoridades públicas e, evidentemente, o respaldo dos interesses nacionais mais significativos.

¹⁰ De uma perspectiva de longo prazo, o período de Bretton Woods *acelerou* o desenvolvimento das grandes corporações típicas do capitalismo estadunidense: a “repressão financeira” associada ao fomento aos mercados internos (ou, nos países subdesenvolvidos, de um setor restrito de alto consumo) - expandiu o consumo de bens duráveis. A crescente sofisticação destes mercados – em conjunto com a intensificação da competição intercapitalista – reduziu a aceitação dos produtos padronizados, típicos do “fordismo”. Ao mesmo tempo em que as barreiras à finança iam sendo demolidas – por uma combinação entre a nova postura dos EUA frente seus concorrentes, as pressões das grandes corporações e o anseio dos setores da classe média em explorar rendimentos derivados de seu patrimônio - as novas tecnologias passaram a ser aplicadas ao processo produtivo, gerando economias de escopo e um padrão de produção capaz de combinar ganhos de escala com a capacidade de *variar a baixo custo os produtos*. Isso era crucial por dois motivos: como os padrões de consumo passaram a definir os critérios de distinção social, a antiga padronização da produção não atendia perfeitamente à segmentação do mercado que estas práticas sociais exigiam. O segundo motivo diz respeito à própria ampliação da escala da concorrência. A disputa pelo mercado mundial exige versatilidade: contemplar as especificidades nacionais e regionais a baixo custo traz muita vantagem com relação aos demais competidores internacionais, fato que confere vantagem significativa às grandes corporações contra os produtores localmente baseados.

E este acordo é muito difícil. Foi a situação excepcional que marcou o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial – o prestígio da URSS, contra-arrestado pela preponderância econômica absoluta dos EUA e seu interesse de recriar uma integração comercial-produtiva com a Europa – que tornou possível erigir barreiras *modestas* à finança. Mas estas condições mudaram muito rapidamente: a recuperação da Europa alterou a configuração de poder político e econômico mundial, reduzindo a antiga proeminência incontestável dos EUA no bloco capitalista em todos os planos. O terreno perdido no comércio internacional, contudo, poderia ser recuperado com vantagens em um sistema financeiro livre de regulamentações, onde a centralidade e a profundidade do sistema financeiro americano seriam ainda mais reforçadas. As condições internas nos países centrais também mudaram: a longa fase de crescimento econômico com distribuição de renda eliminou da memória social os traços da “era da catástrofe” e, desse modo, favoreceu a ampliação do consumo, a maior predisposição ao endividamento e reduziu a antiga propensão a um grau mínimo de solidariedade social. A elevação da riqueza patrimonial das famílias de classe média, ao despertar seu interesse por aplicações financeiras, elevou a sua preocupação com o controle da inflação e com o “equilíbrio” das contas públicas. O dique da “repressão financeira” começou a sofrer fissuras significativas.

Como dito, uma ordem financeira regulada só sobrevive com um grau mínimo de cooperação entre os principais atores. Mas, como a década de 1970 evidenciou, a destruição das restrições ao movimento de capitais pôde ser realizada de forma unilateral: a desregulamentação do mercado financeiro mais volumoso e profundo tende a, pela simples concorrência, forçar a liberalização dos demais (“desregulamentação competitiva”). Em 1973, a simples inação dos EUA frente as tentativas de reciclar de forma negociada os petrodólares (pelo FMI, OCDE e demais instituições multilaterais) e seu apoio à Arábia Saudita reforçou o poder dos banqueiros de Wall Street e, de um modo geral, das instituições financeiras privadas, que captaram boa parte da liquidez concentrada nas mãos dos países exportadores de petróleo. O golpe decisivo foi dado entre 1979, com choque dos Juros perpetrado por Volker e a avalanche de desregulamentações e “inovações” financeiras que a ele se seguiu,

consubstanciadas com as vitórias eleitorais de Margareth Thatcher (1979), Ronald Reagan (1980) e Helmut Kohl (1982), que deram livre vazão aos impulsos “neoliberais”.

A “repressão financeira” foi, portanto efêmera. O colapso do socialismo real cuidou de recolocar o capitalismo em seu verdadeiro eixo: a centralidade absoluta da valorização do capital, orientado em torno da riqueza financeira e de formas de sociabilidade centradas no individualismo competitivo e no consumo conspícuo. Desde 1991, mesmo enfrentando crises financeiras periódicas, a tendência dominante foi a expansão e o aprofundamento do domínio e a centralidade da finança no processo de valorização do capital. Pela intensidade e, principalmente, pelo fato de ter eclodido e se irradiado a partir do sistema financeiro dos EUA, a crise de 2007 *pareceu* sinalizar uma reação social contra a “financeirização”. Mas, infelizmente, a despeito de diatribes e discursos inflamados, a “reação” ficou circunscrita apenas à superfície dos problemas. Pior: a linha de ação adotada pelos bancos centrais dos países dominantes simplesmente envolveu o repasse da dívida privada para o setor público, *sem exigir contrapartidas efetivas* e sem conseguir impor mecanismos de regulação sobre o setor financeiro e, principalmente, sem sequer definir programas destinados a reduzir a desigualdade e garantir proteção social a quem realmente necessita. Pior: o aumento do gasto público para salvar as instituições financeiras em meio à queda da arrecadação criou alegadas dificuldades fiscais, que ressuscitou o discurso da austeridade e, para os mais cínicos, da ineficácia inerente ao poder público. Restauradas com o dinheiro público, frente a um ambiente de incerteza, as grandes instituições financeiras reforçaram a sua preferência pela liquidez, optando por investir em títulos públicos e privados mais rentáveis, como o dos países que ainda estão crescendo, puxados pelo do “ciclo das commodities”.¹¹

O poder da alta finança – os 1% contra os 99%, como preferem dizer os exaltados organizadores dos “ocupas” – está, portanto, intacto. Nos EUA, à incapacidade de enfrentar a coalizão plutocrática em torno da alta

¹¹ Este “ciclo” é um efeito da consolidação da grande transformação da geografia econômica mundial que se processou entre a década de 1980 e 90, que situou a China no centro das cadeias asiáticas de produção orientada para o mercado dos países centrais. Mas, além do efeito China, a expansão dos preços das *commodities* está ligada também à sua *financeirização*, isto é, a conversão das *commodities* em uma classe de *ativos financeiros*. A especulação no mercado de futuros tende – em conjunto com a tendência à alta pela demanda das cadeias asiáticas – a puxar os preços para cima (CARNEIRO, 2012, p. 24-27).

finança, dos grandes atacadistas e das corporações transnacionais, soma-se a profunda divisão política que bloqueia qualquer tentativa real de fazer avançar mecanismos públicos de controle sobre a economia e de fomento à proteção social. Pelos motivos acima apontados, a política de redução dos juros e de emissão de dólares não consegue por si só garantir a redução do desemprego, além de criar tensões com os países que possuem títulos públicos americanos e vastas reservas internacionais em dólares. Essa mesma política, por ser exercida em um ambiente sem controle de capitais, promove a valorização cambial de países que recebem fluxos financeiros provenientes dos EUA. Desse modo, socializar os custos da sanitização emergencial do Sistema Financeiro Internacional foi fácil, dada a generosidade do auxílio, que veio praticamente sem contrapartidas para os socorridos, fato que ilustra seu tremendo poder social. Como a ação de resgate – aplaudida até mesmo pelos técnicos da “esquerda responsável” – só mitigou os sintomas, as *causas* da crise permanecem intactas. Em suma, nos quadros vigentes, o “progressismo” tem como forma básica e limite último o socialismo para os ricos, como zomba Tariq Ali (2012). Na Europa a situação é ainda pior: as medidas de “austeridade” – cujo único alvo real é a garantia da estabilidade monetária – estão gerando tensões sociais crescentes, progressivamente calcadas no reforço da xenofobia e do extremismo de direita (que, inclusive tem encampado temas clássicos da esquerda, como a proteção social contra a “tirania do dinheiro”). O cidadão médio da União Europeia parece estar condenado na próxima década a experimentar a alternância entre fases de crescimento extremamente lento e errático, com longas e profundas fases recessivas, pontuadas pela instabilidade política dos governos e pela multiplicação de focos de tensão social. Em resumo: os países centrais não estão encontrando saídas para os problemas. Pelo contrário. Suas medidas estão, na realidade, agravando ainda mais a crise de governança.

III

O primeiro passo para tentar efetivamente enfrentar os desafios contemporâneos é reconhecer a amplitude do problema: estamos defronte uma prolongada *crise geral*, alimentada por quase 40 anos de avanço de forças

plutocráticas crescentemente desreguladas que, rapidamente, destruíram as amarras sociais que, por um curtíssimo período de tempo, amorteceram o capitalismo e o tornaram momentaneamente irreconhecível. Medidas tímidas não irão reverter este quadro. Há, também, um segundo aspecto a ser reconhecido: não existem soluções *unilaterais* e isoladas para o problema. Como foi indicado, nem mesmo os EUA estão conseguindo criar uma saída progressista para suas dificuldades. Sua superação envolve, portanto, ampliar o controle *genuinamente* democrático sobre os *meios de produção* e os mecanismos de decisão política em escala nacional e internacional. Essa dimensão do problema, a verdadeiramente crucial, é particularmente difícil pois não existe nenhuma experiência histórica ou modelo acabado a ser seguido.¹² Portanto, o debate público precisa entrar em sintonia com os movimentos sociais contemporâneos e caminhar na direção de uma agenda orientada para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disto, é fundamental definir as metas de longo prazo – a necessidade de reinventar a democracia, tornando a genuinamente universal e *igualitária* – e as tarefas mais prementes. Ou, para ser mais preciso, é necessário explicitar os objetivos gerais e as táticas imediatas. A primeira discussão envolve questões de princípio e, portanto, é extremamente polarizadora.¹³ Um primeiro ponto, sustentado por Wallerstein desde a formação da perspectiva do sistema-mundo, deve ser destacado: uma sociedade só pode ser democrática se for genuinamente *igualitária*, e, portanto, radicalmente distante do modelo “pragmático-aritmético” que orienta a prática política dominante, congruente com o interesse dos verdadeiramente ricos e poderosos. Em seus textos mais recentes, ele retoma este argumento. Ao especular sobre a *possibilidade* –

¹² Dizer isso não implica *renegar* a tradição revolucionária: 1848, 1871 e 1917, só para dar os exemplos mais salientes, representam *marcos* fundamentais de nossa história. Contudo, essas experiências não podem ser tomadas diretamente como *modelos práticos* para guiar a ação da esquerda.

¹³ O problema é que, como salienta Wallerstein, o abismo econômico entre os 1% e os 99% não se transpõe para o cenário político, que permanece profundamente dividido. “Portanto, para transformar o mundo, a esquerda *mundial* precisará de um grau de unidade política que ainda não alcançou. Há profundos desacordos tanto sobre os objetivos de longo prazo quanto sobre táticas a curto prazo. Não é que estes problemas não estejam sendo debatidos. Ao contrário: são discutidos acaloradamente e nota-se pouco progresso na superação dessas cisões.” (WALLERSTEIN, 2012, p. 74, grifo nosso). As grandes cisões situam-se no debate sobre eficácia da participação nas eleições na polémica em torno do papel do “desenvolvimentismo”: é um coadjuvante ou um *adversário* da transformação social radical? (cf. *Ibid.*, p. 74-76). Logo, a unidade da esquerda mundial – ou, pelo menos, um grau de coesão mínimo para enfrentar os privilégios da restrita camada dos verdadeiramente ricos – passa pelo enfrentamento coletivo destes dois debates.

mas não indubitabilidade – da mudança radical emancipatória, ele afirma categoricamente:

Não podemos saber como seria em termos estruturais, [o novo sistema] mas poderíamos assentar os critérios em função dos quais chamaríamos um determinado sistema histórico de materialmente racional: um sistema que seja amplamente igualitário e amplamente democrático. Longe de ver qualquer conflito entre esses dois objetivos, diria que são intrinsecamente vinculados entre si. Um sistema histórico não pode ser igualitário se não for democrático, pois o sistema não democrático distribui o poder desigualmente, e isso significa que irá distribuir todas as outras coisas desigualmente. E não pode ser democrático se não for igualitário, já que um sistema não igualitário significa que alguns tem mais meios materiais do que outros e assim, inevitavelmente, mais poder político. (WALLERSTEIN, 2002, p. 35).

Esta diretriz geral não pode ser abandonada e, principalmente, é ela que deve comandar as demais táticas e medidas tópicas.

Mesmo em um cenário adverso como o atual, ou melhor, exatamente por conta da adversidade, é possível encontrar algum acordo entre as forças progressistas no nível de ação mais imediato, isto é, no plano das medidas emergenciais para conter os *efeitos* mais nocivos da crise. Visando evitar o adensamento das animosidades¹⁴, mas *sem comprometer a meta primordial de longo prazo*, é possível referendar a defesa de políticas que são apenas topicamente contrárias à Alta Finança. Afinal, mitigar o sofrimento dos menos favorecidos é fundamental em qualquer perspectiva emancipatória. Ações políticas destinadas a distribuir a renda e elevar os níveis de emprego – mesmo que tenham *momentaneamente* como limite a manutenção das taxas de lucro – devem, portanto, ser apoiadas. Mas, é claro, a luta não pode parar aí. Neste sentido, para os países centrais, a tarefa mais imediata é enfrentar *diretamente* – no plano intelectual mas, sobretudo, mediante manifestações e movimentos sociais – o discurso ortodoxo da austeridade, em prol de medidas que, mesmo de forma indireta, promovam a melhoria das condições sociais.

¹⁴ A doutrina do “quanto pior, melhor” jamais serviu realmente à esquerda. As situações sociais calamitosas *sempre* foram mais graves para os desfavorecidos que, embora tenham pouco a perder, são extremamente vulneráveis. Os setores intermediários da sociedade também não estão em posição muito favorável: não conseguem se defender de forma eficaz às contingências e, sempre, nestes momentos, tendem a se agarrar nas forças mais reacionárias. As convulsões sociais são menos adversas para os verdadeiramente privilegiados, que podem migrar com facilidade, transportando consigo boa parte de seu poder e riqueza.

Por outro lado, no Brasil e em países semi-periféricos similares, com cautela, é possível defender os aspectos mais progressistas do que está se convencionando chamar “social-desenvolvimentismo”. A cautela é necessária pois, de um modo geral, esta agenda, mesmo em sua forma menos ortodoxa, não rompe com o primado da razão instrumental e, principalmente, não incide sobre os problemas fundamentais. Em todas as variantes do desenvolvimentismo contemporâneo, a diretriz fundamental é o *crescimento*, onde a eventual distribuição de renda é um objetivo secundário, isto é, um meio suplementar de reforçar o crescimento. Nas variantes mais rasteiras e oportunistas, o termo “desenvolvimento” é completamente descaracterizado, pois é utilizado como sinônimo de crescimento que, no máximo, comporta algumas medidas tópicas e indiretas de redução da pobreza, *subordinadas* à implementação de uma hipotética política econômica “correta”, ao estilo do despotismo ilustrado.¹⁵ O problema é muito mais profundo do que administrar as variáveis macroeconômicas tal como se estas configurassem uma questão técnica, independente das forças sociais, ou, de forma tragicômica, como se existisse algum setor “progressista” da burguesia, capaz de liderar a sociedade e redimir as mazelas do “rentismo”.

Crescer e reduzir a pobreza absoluta não significa reduzir a desigualdade e, muito menos, criar uma sociedade genuinamente democrática.¹⁶ O segundo motivo de cautela é mais fundamental. Tratar a financeirização como uma aberração, isto é, um desvio maligno das boas práticas das classes “empreendedoras” é um sintoma grave de incompreensão dos fundamentos reais do capitalismo. Como salientaram recentemente John Bellamy Foster e Fred Magdoff, a importância central da financeirização no capitalismo contemporâneo *não deve ocultar o fato de que o problema fundamental é o sistema de exploração cuja base é a produção capitalista* (FOSTER; MAGDOFF, 2009, p. 108-109) Não há

¹⁵ Neste sentido, o desenvolvimentismo *regrediu*, se levarmos em conta, por exemplo, o modo como Celso Furtado o concebia: “Em síntese: a ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem em dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização última desses meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial.” (FURTADO, 1994, p. 37). A superação do subdesenvolvimento não se faz *copiando* o caminho dos desenvolvidos. Cria-se *um novo caminho*. Se isto já era verdade *antes* da crise dos países centrais, agora, quando o próprio núcleo do capitalismo encontra-se em dificuldades, a busca de um caminho *radicalmente* novo é fundamental.

¹⁶ A este respeito, ver o excelente texto de André Singer (2009).

uma oposição entre o capital “financeiro” e frações de “capital produtivo”. O capital é valor que se autovaloriza: nesse sentido, ele sempre tenderá a converter o capital financeiro como o veículo dominante da acumulação privada de riqueza. Assim, a pressão predatória sobre a natureza, as práticas violentas de despossessão e o conflito distributivo são elementos incontornáveis, inerentes ao capitalismo.

Podemos retornar agora ao problema decisivo, isto é, aquele referente à meta de longo prazo. A raiz mais profunda dos problemas da sociedade capitalista é uma incompatibilidade fundamental entre a sua base produtiva – baseada na crescente coletivização da produção, por intermédio da ampliação da divisão social do trabalho, orientada pela incessante acumulação de capitais – e seus mecanismos de distribuição do produto social. O caráter inerentemente *coletivista* das formas de produção do capitalismo colide com sua ideologia dominante¹⁷e, fundamentalmente, com a própria ideia de *propriedade individual*, tal como ilustram as transformações nas formas de gestão e no escalonamento da propriedade poste em marcha acelerada desde pelo menos a segunda metade do século XIX (ALVES PINTO, 1997; DUMÉNIL; LÉVI, 2001) Logo, romper com a ideologia centrada na ação individual é um passo significativo em direção à construção de uma sociedade mais justa e menos propensa ao conflito social endêmico. Isto exige dois movimentos simultâneos: (re) fundir a questão da *objetividade* do conhecimento à da *democracia* e, simultaneamente, repensar radicalmente os próprios fundamentos das “práticas democráticas contemporâneas”. O domínio do capital sobre a sociedade envolveu a subordinação dos espaços de deliberação pública – o sistema educacional, os meios de comunicação e o entretenimento – à sua lógica, fato que, em conjunto com as transformações no aparelho estatal durante a construção dos nacionalismos no século XIX (HOBSBAWM, 1998, cap. 1), corrompeu a noção de cidadania plena tal como ela foi

¹⁷ Mesmo o aparentemente sóbrio pensamento burguês é tão fantástico quanto o pensamento religioso medieval. Na mais coletivizada das economias, tudo parece como se fosse uma obra de indivíduos autônomos, que se diferenciam fundamentalmente pela destreza, aptidão e vontade. O que é inerentemente social, de forma mágica, é tido como fruto da ação individual. É exatamente neste sentido que Marx empreende uma crítica radical *aos fundamentos ideológicos* da sociedade burguesa, dos quais a Economia Política era a uma das principais emanações. A consolidação da Economia como ciência pretensamente positiva é um passo ainda maior em direção ao mundo da fantasia. Neste aspecto em particular, há uma clara afinidade entre o Materialismo Histórico e a pretensão de criar uma forma de conhecimento *unitária*, capaz de superar os bloqueios ideológicos que constroem o pensamento e a ação social (WALLERSTEIN, 1991).

concebida no desabrochar da Era Moderna, em meio à vaga revolucionária que se manifestou por todo o eixo atlântico da economia-mundo (WALLERSTEIN, 2011, cap. 4).

O ponto fundamental é que a eventual possibilidade de um conhecimento objetivo não tem *nenhuma relação exclusiva ou fundamental* com a disputa acadêmica em torno das metodologias científicas (muito menos com a enfadonha disputa entre ortodoxia e heterodoxia no “pensamento” econômico) pois, tal como nas demais dimensões da vida material, a sua realização envolve um processo *coletivo*¹⁸ de ação social, calcado nas liberdades civis e na liberdade de expressão. Um mundo igualitário e, portanto, emancipador, não pode ser constituído de outro modo. É importante notar que este argumento não é levantado apenas pelo Materialismo Histórico ou, como estou tentando mostrar, pela perspectiva do sistema-mundo: tal ideal transparece também nas *raras* variantes do pensamento liberal que não concebem de forma dicotômica a relação entre o indivíduo e a sociedade e, fundamentalmente, que não recorrem a um entendimento meramente *formal* da democracia. Nesta linha, a manifestação da liberdade individual exige um conjunto de condições *sociais* que não podem surgir de forma espontânea.

Há uma grande variedade de autores e linhas de pensamento que se enquadrariam nesta categoria. Dos mais contemporâneos, um dos exemplos mais conspícuos desta visão – e de suas contradições – é o outrora renomado pacifista Norman Angell. O modo como ele concebe a *política* já se aproxima diretamente do núcleo do problema: trata-se, essencialmente, da arte de criar o consenso em torno de posições divergentes, mediante o debate *livre* na esfera pública. Uma sociedade “genuinamente” liberal, portanto, exige dois requisitos que se condicionam reciprocamente: i) um nível elevado de igualitarismo nas posses, capaz de *impedir* os monopólios e, desse modo, permitir o funcionamento do mercado livre como alocador

¹⁸ Na introdução de sua primeira grande obra, Wallerstein destacou este ponto com clareza: “A objetividade é uma função da totalidade do sistema social. Na medida em que este é assimétrico, e concentra as atividades de pesquisa nas mãos de grupos particulares, o resultado sempre será enviesado em favor destes grupos. A objetividade é o vetor de uma distribuição equilibrada do investimento social nas atividades desenvolvidas por pessoas enraizadas em todos os principais grandes grupos do sistema-mundo. Dada esta definição, hoje nós não possuímos uma ciência social objetiva. Por outro lado, este não é um objetivo inviável no futuro previsível.” (1974, p. 9-10). Portanto, a “objetividade” da ciência social não é um projeto puramente intelectual, resolvido pelo pensamento – seja ele hermenêutico ou epistemológico.

de recursos escassos; ii) o acesso *universal* à educação de qualidade – para eliminar os sofistas (i.é., os publicitários) de seu papel desvirtuador do debate público – e, sobretudo, a criação de uma mídia *immune* ao controle de interesses privados específicos (monopólios) ou do Estado. Logo, nesta tradição, a liberdade individual – e, portanto, social¹⁹ – só se manifesta dentro de condições muito especiais, as quais, curiosamente, se aproximam muito dos programas socialistas.

Contudo, esta orientação jamais dominou o pensamento liberal. Num *raro momento*, enquanto o alvo de todas as forças progressistas era o Antigo Regime, democratas radicais, (proto) socialistas e liberais dividiram a mesma trincheira. O ano de 1793 simboliza a primeira grande cisão neste conjunto e, depois 1848 esta conjugação de forças deixou de ser possível. Ao caracterizar como *falsa* a tensão entre liberdade (individual) e a igualdade que marca a maior parte do pensamento liberal, as forças progressistas situaram no centro das reivindicações o *igualitarismo democrático*. Este movimento gerou uma aproximação tática entre os liberais e os conservadores e, no plano do pensamento, abriu caminho para a remoção do conteúdo emancipatório do liberalismo e a descaracterização da democracia.²⁰ Capitalismo e democracia real são *incompatíveis* (WOOD,

¹⁹ “Não acreditamos que seja impossível formar ou modificar as ideias dos homens – crença que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política e religiosa. A ‘opinião’ pública não é um fato exterior aos homens: são os homens que a formam, neles está radicada, e são as leituras e o aprendizado do trabalho cotidiano, os seus contatos e as suas conversas que contribuem para construí-la.” (ANGELL, 2002, p. 285). Logo, para esta tradição liberal, os critérios balizadores da ação social devem ser construídos *socialmente*, por um processo essencialmente ativo e democrático.

²⁰ As pressões sociais pelo igualitarismo democrático obrigaram os liberais a deformarem o sentido progressista de democracia, removendo o seu conteúdo igualitário e acentuando a sua *forma* política, isto é, estabelecendo como *limite* o sufrágio universal (BOBBIO, 1994, p. 42-44). O segundo movimento de desmembramento foi expresso pelo clássico ataque retórico de Benjamin Constant contra Rousseau e o Jacobinismo: a contraposição entre a liberdade dos Antigos e dos “Modernos”. “O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados: e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios.” (CONSTANT, 1985, p. 15-16). Logo, a democracia direta *não serve* aos propósitos modernos. A liberdade que realmente importa, portanto, está na *esfera privada*: “Assim, entre os antigos, o indivíduo, quase soberano nas questões públicas, é escravo em todos seus assuntos privados. Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, permanece limitado, observado, reprimido em todos seus movimentos; como porção do corpo coletivo, ele interroga, destitui, condena, espoja, exila, atinge mortalmente os seus magistrados ou seus superiores; como sujeito ao corpo coletivo, ele pode, por sua vez, ser privado de sua posição, despojado de suas honrarias, banido, condenado, pela vontade arbitrária do todo ao qual pertence.” (ibid, p. 11). A separação entre a igualdade e a liberdade, conjugada com a progressiva distinção entre a esfera privada (o refúgio do indivíduo, sede da verdadeira liberdade e, futuramente, do empreendedorismo) e a pública (definida crescentemente pela negatividade, isto é, como *constrangimento*) encapsulou o pensamento liberal em uma jaula ideológica que retirou a sua substância real.

2003, p. 195-204, 212-219). Esta associação só pode ser estabelecida por cínicos – geralmente ávidos por implantar a “democracia” com fuzis e mísseis de cruzeiro onde for lucrativo fazê-lo – e do mentalmente distraído “cidadão de bem”. Qualquer observador atento deve ter notado – como já advertira, a seu modo, Hobsbawm (1995, p. 140 et seq.) – que a “democracia” representativa baseada na “opinião” pública só funciona em momentos específicos, isto é, de expansão econômica, onde o conflito distributivo é mitigado. É nos momentos de crise que o autoritarismo floresce: seja sob a forma de contra-revoluções sustentadas pelas forças armadas ou, antes disso, pelo afastamento da população – vista como muito volúvel e tecnicamente ignorante – das decisões importantes, mediante a autonomização de instituições burocráticas como, por exemplo, os Bancos Centrais. Neste sentido, particularmente para os Europeus,²¹ a crise de 2008 mostrou a forma *autoritária* como os problemas causados pela iniciativa privada são impostos à população (DURAND; KEUCHEYAN, 2012; MANZANO, 2012).

ARGUMENTO FINAL

Podemos caracterizar melhor agora o papel *potencial* da perspectiva do sistema-mundo tanto no plano intelectual quanto na dimensão da prática política concreta em uma época de *crise geral*. A perspectiva do sistema-mundo sempre teve como pretensão apontar para a necessidade de reconstituir a unidade das ciências humanas que, num paradoxo aparente, foi dissolvida definitivamente durante a longa expansão da universidade moderna iniciada na era de Bretton Woods. A “crise dos paradigmas” que marcou a década de 1970 reabriu o caminho para este tipo de questionamento mas, infelizmente, a estrutura burocrática dos sistemas universitários contemporâneos já estava solidamente estabelecida, de modo que as tensões epistemológicas foram acomodadas na ramificação crescente no interior das antigas áreas do saber e, simultaneamente, pela criação de novas áreas. O resultado final testemunhamos hoje: de um lado, é nítido o papel crescente da universidade na formação de trabalhadores qualificados para o mercado, a multiplicação dos *papers* como forma dominante de

²¹ Com a honrosa exceção da Islândia, é claro.

veiculação e demais índices de produção científica, algumas patentes e conhecimento aplicado (cujo critério é a sua utilidade para a valorização do capital) e, de outro, a crescente *irrelevância* da universidade no que diz respeito às questões realmente substantivas.²²

De forma irreverente e – convenhamos – um pouco exótica, em *Utopística* (publicado originalmente em 1998), Immanuel Wallerstein levanta a questão realmente fundamental:

Utopística é uma avaliação profunda das alternativas históricas, o exercício de nosso juízo para examinar a racionalidade de possíveis sistemas históricos alternativos. É uma avaliação sóbria, racional e realista dos sistemas sociais humanos, em que condições eles podem existir, e as áreas que estão abertas à criatividade humana. Não o rosto de um futuro perfeito (e inevitável) e sim o rosto de um futuro cujas melhoras sejam verossímeis e que seja historicamente possível (embora longe de ser inevitável). Assim é um exercício que ocorre simultaneamente na ciência, na política e na moralidade. (WALLERSTEIN, 2002, p. 8-9).

A forma institucional da Universidade de hoje (e, na realidade, o próprio conjunto do sistema educacional), a atuação dos partidos políticos e as formas de representação popular são incompatíveis com esta tarefa fundamental. Apontar para este problema –*desde a década de 1970* – é um dos principais méritos da perspectiva do sistema-mundo. Neste sentido, é fundamental recolocar no centro do debate o *igualitarismo democrático*. Etienne Balibar (2002 [a edição original é de 1997]) retomou esta discussão ao tentar popularizar o termo *égaliberté* (CALLINICOS, 2000, p. 22 et seq.; WALLERSTEIN, 2002, p. 132-133), mas a iniciativa foi abafada pelo crescimento irregular turbinado pelo crédito que marcou a década de 2000. O momento não poderia ser mais propício para voltar a esse assunto.

²² “Para mim, a função primária da universidade não é o treinamento profissional, a educação geral e nem a pesquisa intelectual. Estas são tarefas a ela atribuídas. A sua função primária é, de fato, perpetuar os questionamentos sobre as verdades de sua época – quer sejam verdades sobre o universo ou sobre os consensos social.” (WALLERSTEIN, 1971, p. 717).

REFERÊNCIAS

- ALI, T. O espírito da época. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 65-72
- ALVES PINTO, N. P. O capitalismo financeiro. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 1, t. 5, p. 9-26, 1997.
- ALVES PINTO, N. P. A institucionalidade financeira. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 28, p. 51-80, 2009.
- AMIN, S. *Ending the crisis of capitalism or ending capitalism?* Cidade do Cabo: Pambazukapress, 2011.
- AMIN, S. et al. *The dynamics of global crisis*. New York: Monthly Review, 1982.
- ANGELL, N. *A grande ilusão*. Brasília, DF: IBRI, 2002.
- ARRIGHI, G. *O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- BALIBAR, E. Three concepts of politics: emancipation, transformation, civility. In: _____. *Politics and the other scene*. London: Verso, 2002. p. 1-39
- BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRAGA, J. C. S. *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas: IE, Unicamp, 2000.
- CALLINICOS, A. *Equality*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- CARNEIRO, R. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina. *Serie Macroeconomia del Desarrollo*, Santiago, n. 117, p. 1-46, jan. 2012.
- CONSTANT, B. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Filosofia Política*, Porto Alegre, n. 2, p. 1-36, 1985.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Periodizing capitalism. Technology, institutions and relations of production. In: ALBRITTON, R. et al. (Org.). *Phases of capitalist development: booms, crises and globalizations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001. p. 1-37
- DURAND, C.; KEUCHEYAN, R. Uma Europa cada vez menos democrática. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 64, p. 2-4, nov. 2012.
- FOSTER, J.; MAGDOFF, F. *The great financial crisis*. New York: Monthly Review Press, 2009.
- FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 37-42, 1994.
- GOWAN, P. *A roleta global*. São Paulo: Record, 2003.
- GOWAN, P. Contemporary intra-core relations and world systems theory. *Journal of World-Systems Research*, v. 10, n. 2, p. 471-500, 2004.
- GRESPLAN, J. Uma teoria para as crises. In: SAMPAIO Jr. (Org.). *Capitalismo em crise: a natureza e a dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: José Luis & Rosa Suderman Editora, 2009. p. 29-44.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.

- HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Carta Maior: Boitempo, 2012.
- HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance: from bretton woods to the 1990's*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- HELLEINER, E.; KIRSHNER, J. (Org.). *The future of the dollar*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MANZANO, S. A construção do Euro como um novo padrão ouro e os direitos dos trabalhadores. In: PINHEIRO, M. (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 103-128
- MARIUTTI, E. B. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIERA, P.; VIEIRA, R.; FILOMENO, F. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise de sistemas-mundo*. 2012. No prelo.
- MEDEIROS, C. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 225-252
- ROLAND, A. The military-industrial complex: lobby and trope. In: BACEVICH, A. (Org.). *The long war: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. New York: Columbia Univ. Press, 2007. p. 335-370.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de El Capital de Marx: estúdios sobre los Grundrisse*. México: SigloVeintiuno, 1989.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 85, p. 85-102, nov. 2009.
- TODD, E. *Depois do império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VELASCO E CRUZ, S. Evolução geopolítica: cenários e perspectivas. *Texto para Discussão IPEA*, n. 1611, p. 1-78, 2011.
- WALLERSTEIN, I. Academic freedom and collective expressions of opinion. *Journal of Higher Education*, Columbus, v. 42, n. 9, p. 713-720, 1971.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974. v. 1.
- WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de L'Home, 1983.
- WALLERSTEIN, I. *Unthinking the social sciences: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- WALLERSTEIN, I. *O fim do mundo como o conhecemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.
- WALLERSTEIN, I. *Utopística*. Petrópolis: Vozes, 2003.

WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2007.

WALLERSTEIN, I. Dynamics of (unresolved) global crisis: thirty years later. In: CONGRESS OF THE INTERNATIONAL INSTITUTE OF SOCIOLOGY, 39., 2009, Yerevan, Armênia. Mimeografado.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p.73-76.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.